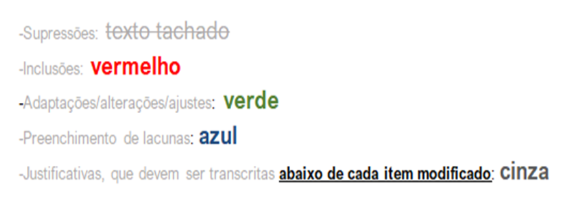
**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**ATENÇÃO!** **Se o subitem 1.3 do Termo de Referência tiver disposto que o prazo de vigência da contratação será contado do aceite da Nota de Empenho, o presente documento deverá ser preenchido pelo setor requisitante de modo a auxiliar a DILIC/SELIC na elaboração do Instrumento Substitutivo ao Termo de Contrato, que será anexado ao edital da licitação.**

Assim como o Termo de Referência, o presente documento também deverá atender ao Código de Cores previsto no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, disponível no link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf> , conforme o exposto abaixo:



O código de cores previsto acima serve para sinalizar à Procuradoria Jurídica, responsável por analisar o processo, todas as modificações feitas no tópico 4 (que versa sobre as obrigações do contratado).

**Algumas modificações já foram feitas pela DILIC/SELIC. Caberá ao setor requisitante proceder nas demais alterações que considerar pertinente, conforme notas explicativas da AGU e orientações aqui dispostas.**

**Após finalização, o documento contendo as obrigações do contratado deverá ser encaminhado para o e-mail editais.dilic@cefet-rj.br, tendo o seguinte assunto no corpo do e-mail: Processo XXXXXX - Obrigações do Contratado.**

**ATENÇÃO!** As notas explicativas da AGU e as demais orientações aqui dispostas deverão ser excluídas quando da finalização do documento.

**Nota Explicativa da AGU**:  
  
**Nota Explicativa**. Este modelo contém obrigações gerais que podem ser aplicadas aos mais diversos tipos de contratações. Entretanto, compete ao órgão verificar as peculiaridades a fim de definir quais obrigações serão aplicáveis, incluindo, modificando ou excluindo itens a depender das especificidades do objeto.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Considerando o exposto acima na nota explicativa da AGU, cabe informar que algumas modificações já foram feitas pela DILIC/SELIC, conforme código de cores e justificativas aqui dispostas.**

**As demais alterações, que o setor requisitante considerar pertinente, deverão seguir o mesmo código de cores que aparece na orientação inicial. Além disso, será necessário incluir uma justificativa descrita de cor cinza abaixo de cada item modificado.**

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Se o Termo de Referência tiver disposto que NÃO haverá necessidade do contratado manter preposto no local de execução do objeto, o texto da obrigação acima deverá ser alterado, incluindo a marcação tachada e a justificativa de** **COR CINZA, conforme exemplificado abaixo.**

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração ~~no local do serviço~~ para representá-lo na execução contratual.

**Justificativa: Tendo em vista que não haverá necessidade do contratado manter preposto no local de execução do objeto, o trecho tachado acima não se aplica e por esse motivo teve a marcação tachada de modo a indicar supressão.**

* + 1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
    2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
    3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
    4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**Nota Explicativa da AGU referente à cláusula 4.1.5**:  
  
Cada vício, defeito ou incorreção verificada pela fiscalização contratual reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.

* + 1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
    2. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
    3. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
    4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
       1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
       2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
       3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
       4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
       5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**Nota Explicativa da AGU referente à cláusula 4.1.9**:  
  
O artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada. Portanto, a comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente considerará a natureza da atividade objeto da contratação.

Via de regra, a prestação de serviços de modo geral é hipótese de incidência de tributação municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN), conforme lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

Existem, contudo, situações em que a prestação de um serviço pode dar ensejo à incidência de tributação estadual pelo ICMS. Como exemplos, citem-se os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicação (art. 155, II, da CF/88), bem como as exceções expressamente previstas na lista da referida LC 116/2003.

* + 1. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
    2. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
    3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
    4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
    5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
    6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
    7. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**Nota Explicativa da AGU referente às cláusulas 4.1.17 a 4.1.21:**  
  
As disposições a seguir decorrem do disposto no art. 2º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024.

* + 1. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
    2. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
    3. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
    4. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
    5. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
    6. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação~~, ou para a qualificação, na contratação direta~~;

**Justificativa:** **Tendo em vista que a contratação do objeto será feita por licitação, o trecho tachado acima não se aplica e por esse motivo teve a marcação tachada de modo a indicar supressão.**

* + 1. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
    2. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
    3. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
    4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
    5. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
    6. .........................................................(**preencher conforme nota explicativa e orientações abaixo)**

**Nota Explicativa da AGU referente às cláusulas 4.1.28 e 4.1.28.1**:

No caso de contratações de serviços de manutenção e assistência técnica, recomenda-se a inclusão desses itens, à luz do art. 47, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Orientações da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

\* **Considerando o exposto acima na nota explicativa da AGU, havendo contratação de serviços de manutenção e assistência técnica, recomenda-se avaliar a permanência das obrigações abaixo, incluindo o grifo de COR AZUL para as informações a serem preenchidas e a justificativa de COR CINZA.**

* + 1. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) .......... (inserir endereço(s);

4.1.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

**Justificativa: A cor azul indica o preenchimento do texto acima com as informações pertinentes.**

\* **NÃO havendo contratação de serviços de manutenção e assistência técnica, tal obrigação não se aplica e por esse motivo deverá ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão, incluindo a justificativa de COR CINZA, conforme exemplificado abaixo:**

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s);~~

~~4.1.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

**Justificativa: A obrigação elencada acima não se aplica às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**

* + 1. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
    2. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

4.1.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**Notas Explicativas da AGU referentes às cláusulas 4.1.29; 4.1.30 e 4.1.30.1**:

**Nota explicativa 1:** Incluir esta disposição caso a contratação tenha por objeto a elaboração de projetos ou a execução de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada, conforme art. 93, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

**Nota Explicativa 2:** Vale registrar que o §2º do art. 93 admite que a Administração deixe de exigir a cessão de direitos “quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004”.

**Nota Explicativa 3:** Acrescentar o subitem 4.1.30.1 caso o objeto consista na elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, nos termos do art. 93, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Considerando o exposto acima nas notas explicativas da AGU,** **se NÃO for o caso de prever as obrigações elencadas nas cláusulas 4.1.29; 4.1.30 e 4.1.30.1**, **os referidos textos deverão ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão.**

**Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: As obrigações elencadas acima não se aplicam às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo tiveram os respectivos textos tachados de modo a indicar supressão.**

* + 1. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
    2. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
    3. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
    4. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
    5. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
    6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
    7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
    8. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
    9. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
    10. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

**Nota Explicativa da AGU referente à cláusula 4.1.40:**

O Termo de Referência deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir delimitar a necessidade de inscrição do Contratado nos conselhos profissionais competentes, podendo haver mais de um no caso equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns aos profissionais necessários à execução do objeto contratual. Para serviços de engenharia, os conselhos profissionais que normalmente fiscalizam os profissionais necessários são o CREA, o CAU e o CFT.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Considerando o exposto acima na nota explicativa da AGU,** **se NÃO for o caso de prever a obrigação elencada na cláusula 4.1.40**, **o referido texto deverá ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão. Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: A obrigação elencada acima não se aplica às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**

* + 1. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Se NÃO for o caso de prever a obrigação elencada na cláusula 4.1.41**, **o referido texto deverá ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão. Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: A obrigação elencada acima não se aplica às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**

* + 1. ~~Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~
    2. ~~Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

**Justificativa: Tendo em vista que o objeto da contratação não possui natureza de obra/serviço de engenharia, as obrigações elencadas acima não se aplicam e por esse motivo tiveram os respectivos textos tachados de modo a indicar supressão.**

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Como o presente modelo de documento é voltado para contratação de serviço não-contínuo (com exceção de obra/serviço de engenharia), as obrigações acima não se aplicam e por esse motivo já se encontram com a marcação tachada de modo a indicar supressão. Sendo assim, as cláusulas 4.1.42 e 4.1.43 deverão ser mantidas exatamente com a formatação aqui indicada, incluindo a marcação tachada e a justificativa de COR CINZA.**

* + 1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5975.htm#art11), de:
       1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
       2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
       3. florestas plantadas; e
       4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
    2. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
       1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
       2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#art17), e legislação correlata;
       3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria n° 253, de 18/08/2006](http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=112647), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/sinaflor/2018/2018-06-13-Ibama-IN-IBAMA-21-24-12-2014-SINAFLOR-DOF-compilada.pdf), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
       4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
    3. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
    4. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
    5. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
       1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
       2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
       3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
       4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
    6. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
    7. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
    8. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
       1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
       2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
    9. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Em relação aos critérios de sustentabilidade elencados nas cláusulas 4.1.44 a 41.1.52**, **as obrigações do contratado que não se aplicarem ao objeto da contratação deverão ter o texto tachado de modo a indicar supressão.**

**Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: As obrigações elencadas acima não se aplicam às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo tiveram os respectivos textos tachados de modo a indicar supressão.**

* + 1. ~~Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

**Justificativa: Tendo em vista que o objeto da contratação não possui natureza de obra/serviço de engenharia, a obrigação elencada acima não se aplica e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Como o presente modelo de documento é voltado para contratação de serviço não-contínuo (com exceção de obra/serviço de engenharia), a obrigação acima não se aplica e por esse motivo já se encontra com a marcação tachada de modo a indicar supressão. Sendo assim, a cláusula 4.1.53 deverá ser mantida exatamente com a formatação aqui indicada, incluindo a marcação tachada e a justificativa de COR CINZA.**

* + 1. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
    2. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Se NÃO for o caso de prever as obrigações elencadas nas cláusulas 4.1.54 e 4.1.55**, **os referidos textos deverão ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão. Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: As obrigações elencadas acima não se aplicam às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo tiveram os respectivos textos tachados de modo a indicar supressão.**

* + 1. ~~Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:~~
       1. ~~A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.~~

**Justificativa: Tendo em vista que o objeto da contratação não possui natureza de obra/serviço de engenharia, a obrigação elencada acima não se aplica e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Como o presente modelo de documento é voltado para contratação de serviço não-contínuo (com exceção de obra/serviço de engenharia), a obrigação acima não se aplica e por esse motivo já se encontra com a marcação tachada de modo a indicar supressão. Sendo assim, as cláusulas 4.1.56 e 4.1.56.1 deverão ser mantidas exatamente com a formatação aqui indicada, incluindo a marcação tachada e a justificativa de COR CINZA.**

* + 1. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

**Orientação da DILIC/SELIC do CEFET/RJ**:

**Se NÃO for o caso de prever a obrigação elencada na cláusula 4.1.57**, **o referido texto deverá ter a MARCAÇÃO TACHADA de modo a indicar supressão. Quanto à justificativa de COR CINZA, segue abaixo a seguinte redação como sugestão de texto:**

**Justificativa: A obrigação elencada acima não se aplica às especificidades do objeto da contratação e por esse motivo teve o respectivo texto tachado de modo a indicar supressão.**